

ORGANIZAÇÃO

Fernando Bessa Ribeiro

Manuel Carlos Silva

Almerindo Janela Afonso

Cristina Matos

Francisco Mendes

Isabel Estrada Carvalhais

Sílvia Sousa

Ana Jorge

KARL MARX

LEGADO, CRÍTICAS E ATUALIDADE

húmus

ORGANIZAÇÃO

Fernando Bessa Ribeiro
Manuel Carlos Silva
Almerindo Janela Afonso
Cristina Matos
Francisco Mendes
Isabel Estrada Carvalhais
Sílvia Sousa
Ana Jorge

**KARL
MARX
LEGADO, CRÍTICAS
E ATUALIDADE**

KARL MARX: LEGADO, CRÍTICAS E ATUALIDADE

Organização: Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Almerindo Janela Afonso, Cristina Matos, Francisco Mendes, Isabel Estrada Carvalhais, Sílvia Sousa e Ana Jorge

Autores: Alena Vieira, Almerindo Janela Afonso, Carlos R. S. Machado, Clayton Emanuel Rodrigues, Cleildes Marques de Santana, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Marineli, Francisco Coelho Cuogo, Graça Rojão, Guilherme Luiz Tortelli, José Carlos Venâncio, José Madureira Pinto, José Pedro Lopes, Laurindo Dias Minhoto, Luís Monteiro, Manuel Carlos Silva, Manuel Loff, Manuel Rodrigues, Manuela Tavares, Marco Schneider, Paula Alexandra Guimarães, Paulo de Carvalho, Pedro Henrique Melo Teixeira, Rui Vieira Cruz, Sérgio António Silva Rêgo, Sylvia Debossan Moretzsohn, Tainara Fernandes Machado, Thomas Theodoro Amorim e Veit Bader

Capa: SAL Studio

Paginação: Pedro Panarra

© Edições Húmus, Lda. e Autores, 2022

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

1.ª edição: Outubro de 2022

Depósito legal: 501589/22

ISBN: 978-989-755-788-0

Nota de Edição:

Os organizadores do livro respeitam a ortografia adotada pelos autores.

Todos os textos que integram este livro foram submetidos a arbitragem científica.

ÍNDICE

- 11 **Agradecimentos**
- 13 **Apresentação**
Fernando Bessa Ribeiro e Manuel Carlos Silva
- 25 **I. Crise, desigualdades e a atualidade de Marx na crítica ao capitalismo**
Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro
- 67 **II. À (re)descoberta de um Karl Marx vitoriano e de um legado marxiano na arte e na política britânicas**
Paula Alexandra Guimarães
- 81 **III. A transformação social da propriedade**
Clayton Emanuel Rodrigues e Cleildes Marques de Santana
- 99 **IV. O trabalho imaterial e a práxis pós-industrial: Entre a articulação da posição e o enfraquecimento da oposição**
Francisco Coelho Cuogo
- 115 **V. O trabalho e as novas formas de alienação: O sócio-metabolismo da barbárie**
Sérgio Antônio Silva Rêgo e Pedro Henrique Melo Teixeira
- 131 **VI. Reforma trabalhista no Brasil: Reflexões a partir de Karl Marx e Florestan Fernandes**
Tainara Fernandes Machado e Guilherme Luiz K. Tortelli
- 147 **VII. Da destruição criativa aos grandes surtos de desenvolvimento: Nanotecnologia e tecnologias convergentes na produção industrial e ficção cultural**
Rui Vieira Cruz
- 177 **VIII. Sobre flores, grilhões, consciência e afetos: A disputa pela captura do gosto para desmontar as engrenagens de produção social da ignorância**
Sylvia Debossan Moretzsohn e Marco Schneider

- 195 **IX. Marx e Jameson: Os desdobramentos antagônicos da cultura na era da globalização**
Thomas Edson de Jesus Theodoro Amorim
- 211 **X. Totalidade em Lucien Goldmann**
Fernando Marineli
- 223 **XI. Adorno e Luhmann: certas afinidades eletivas**
Laurindo Dias Minhoto
- 235 **XII. Natureza, conflitos e injustiça ambiental na cidade**
Carlos R. S. Machado
- 253 **XIII. Feminismos e emancipação social**
Graça Rojão
- 265 **XIV. Feminismo(s) e marxismo: um casamento “malsucedido”? Os novos desafios para uma corrente feminista de esquerda**
Manuela Tavares
- 275 **XV. Uma herança incontornável: Repensando a matriz marxista na análise das sociedades africanas**
José Carlos Venâncio
- 289 **XVI. Elites e classes sociais nos movimentos de libertação em Angola**
Paulo de Carvalho
- 299 **XVII. A rotinização do marxismo na pesquisa sociológica de terreno**
José Madureira Pinto
- 315 **XVIII. O marxismo como corte epistemológico e alavanca teórica das ciências sociais: o seu papel na sociologia em Portugal**
Manuel Carlos Silva
- 343 **XIX. 1968 na história da mobilização social e política: Uma interpretação**
Manuel Loff
- 357 **XX. O que resta do marxismo-leninismo? O Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Comunista da Grécia (KKE) em análise**
José Pedro Lopes e Alena Vieira

- 377 **XXI. O retorno do Estado, a crise pandémica e o keynesianismo de exceção**
Almerindo Janela Afonso
- 389 **XXII. Democracia associativa: da ‘Real Terceira Via’ ao Utopismo ou em direção a um socialismo colorido para o século XXI?**
Veit Bader
- 429 **XXIII. Marx e a política: O olhar de partidos políticos em Portugal**
Intervenção de Luís Monteiro | Intervenção de Manuel Rodrigues
- 439 **Sobre os autores**
- 449 **Programa do Colóquio**

*À memória dos revolucionários e das revolucionárias
da Comuna de Paris (1871)*

AGRADECIMENTOS

Este livro é a expressão material mais relevante do colóquio Karl Marx: Legado, Críticas e Atualidade realizado na Universidade do Minho em dezembro de 2018. Começamos por lembrar o acolhimento inestimável da Reitoria e das Direções das Escolas que apoiaram os seus centros de investigação na organização de um evento que contou com quase uma centena de oradores e a participação de mais de três centenas de professores/as, investigadores/as, alunos/as e ativistas sindicais, entre outras pessoas interessadas, ao longo dos dois dias antecedidos por uma noite de visualização e debate do filme *O jovem Marx*, na Casa do Professor, cujos responsáveis cederam o auditório de forma graciosa.

Sendo uma iniciativa conjunta de cinco centros de investigação – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UMinho), Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), Centro de Investigação em Educação (CIEEd), Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2pt) e Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais (NIPE) –, o colóquio beneficiou da mobilização dos seus recursos financeiros e técnicos, sem os quais não teria sido possível a sua concretização. A Fundação para a Ciência e Tecnologia foi decisiva no financiamento da iniciativa, tendo também a organização contado com o apoio da Associação Portuguesa de Sociologia, da Editora Húmus, da Quinta da Igreja/Vinhas de Lanhoso, da Delta Cafés e da Pastelaria Cristo Rei, fornecendo nomeadamente bens e serviços que permitiram receber com a melhor solícitude os participantes e contribuindo assim para o sucesso do colóquio.

A Rita Moreira e a Paula Freire, gestoras de ciência do CICS.NOVA.UMinho, juntamente com a Joana Teixeira, bolseira de investigação e Rafaela Ribeiro, estudante de mestrado e colaboradora do CICS.NOVA.UMinho, mais tarde gestora de ciência da nossa unidade de investigação, foram inexcusáveis ao colocarem as suas melhores competências na edição do livro, pelo que sem o seu trabalho tão pouco teríamos levado esta tarefa a “bom porto”. Por fim, dirigimos umas palavras muito calorosas aos membros do Núcleo de Estudantes do Curso de Sociologia da Universidade do Minho que, como já há muito nos habituaram, foram extremamente dedicados na implementação das muitas tarefas que a execução do colóquio exigiu.

Os organizadores

APRESENTAÇÃO

Fernando Bessa Ribeiro e Manuel Carlos Silva

Odiado, idolatrado, injuriado, aplaudido, mas sobretudo inspirador de teorias críticas nos mais diversos campos do conhecimento. Filósofo, economista, sociólogo, politólogo, historiador, ativista político, Marx foi um intelectual que, operando um corte epistemológico pelo materialismo histórico e dialético e procurando compreender e explicar o capitalismo através de uma profunda investigação teórica e histórica, lutou incansavelmente, com a cumplicidade solidária de Engels, por uma agenda política emancipatória capaz de ir ao encontro dos interesses e aspirações das classes exploradas e oprimidas. Tal postura científica e política passaria a ser o farol de todos os que, a par e na sequência duma explicação histórica e dialética da sociedade, se inscrevem num dos lemas centrais da tradição marxista: “não basta compreender o mundo, é necessário transformá-lo”.

Duzentos anos depois do seu nascimento, Marx permanece nos debates sociais e políticos contemporâneos, sendo os seus textos indispensáveis não só para compreender o capitalismo, suas lógicas, dinâmicas e crises, como também para escrutinar os caminhos futuros para a sociedade humana. Num momento histórico dominado pela crise social e ambiental que atinge a humanidade e o planeta e confrontados com o crescimento das desigualdades sociais e económicas entre países e no interior de cada país, o pensamento de Marx conhece um interesse revigorado, incluindo por aqueles que, não se identificando como marxistas, encontram no teórico alemão contributos decisivos para fazer o debate sobre o nosso presente e futuro comuns.

A renovação das leituras não dogmáticas do pensamento de Marx é um exercício intelectual e político que reclama uma análise dialética que coloca no seu centro as contradições sociais e ambientais decorrentes da expansão e consolidação do capitalismo, simultaneamente portador de progresso e de regressão. Recusando as concepções mecanicistas e deterministas, o debate terá de considerar que o capitalismo não

desaparecerá por si próprio, nem a história tem um único sentido, mas antes diversos caminhos a explorar pela teoria e pela conjugação das condições necessárias para a ação coletiva no quadro dos diversos movimentos sociais, nomeadamente sindical, ambientalista, feminista e antirracista. Apesar das muitas derrotas das forças e movimentos anticapitalistas, mesmo que a história nos coloque perante as dificuldades da luta contra o capitalismo e sua improvável superação a curto e médio prazo, a obra de Marx continua a inquietar-nos. O seu pensamento, assim como o de Engels, está bem vivo quando nos interpelamos sobre as consequências produzidas pelo capitalismo: o desenvolvimento desigual, a concentração da riqueza, as desigualdades e as exclusões sociais e as novas formas de poder, exploração e dominação.

O que o leitor acabou de ler foi o texto de apresentação do colóquio sobre Marx organizado em 6 e 7 de dezembro de 2018 por cinco centros de investigação da Universidade do Minho – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UMinho), Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), Centro de Investigação em Educação (CIEEd), Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2pt) e Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais (NIPE) –, vinculados a quatro escolas da Universidade do Minho (Instituto de Ciências Sociais, Escola de Economia e Gestão, Instituto de Educação e Escola de Arquitetura). Lembrando e celebrando o duplo centenário do nascimento do teórico alemão, foi intenção dos investigadores/as que o organizaram, responsáveis também pelo livro que agora editam, analisar e debater a relevância do legado de Karl Marx em diversos campos do conhecimento e da intervenção social política. Ancorando-se em diferentes enfoques disciplinares, metodológicos e geográficos e rejeitando leituras lineares e esquemáticas, os organizadores/as do colóquio internacional “Marx 2018: Legado, Críticas e Atualidade” desenharam um programa que suscitou o interesse dos participantes, combinando exposição teórica, política e cinema, proporcionando debates intensos e nem sempre coincidentes, tornando uma vez mais evidente que Karl Marx continua a ser uma figura que, não merecendo a unanimidade de pontos de vista, a ninguém deixa indiferente.

Descrevendo sucintamente o programa (cf. Anexo 1- Programa do Colóquio), o colóquio começou na noite de 5 de dezembro com a projeção, na Casa do Professor, do filme *O jovem Marx* de Raoul Peck, seguido de um comentário de Manuel Sarmento que permitiu abrir o debate sobre a vida e as ideias de Marx com intervenções de alguns dos presentes. A noite terminou com um verde de honra, prolongando-se assim a conversa por mais algum tempo. Os dois dias seguintes foram ocupados com duas conferências principais, a abrir e a encerrar o colóquio, sessões plenárias, painéis temáticos (com a apresentação das respetivas propostas enviadas e aprovadas pelos organizadores/as) e uma mesa da controvérsia,

procurando dar simultaneamente amplitude e densidade às questões, tópicos e polémicas que os contributos de Marx continuam a suscitar.

No dia 6 de dezembro, depois da receção dos participantes e a abertura dos trabalhos pelos representantes institucionais, realizou-se a primeira conferência proferida por Cédric Durand (CEPN-CNRS – Universidade de Paris 13), sendo os comentários da responsabilidade de Isabel Estrada Carvalhais (CICP, EEG – UM). Após o almoço, os trabalhos foram retomados com a realização em simultâneo de dois painéis temáticos. O painel temático 1 teve como tema “Materialismo histórico e dialético em Marx: totalidade, contradição, mudança e utopia”, com a moderação a cargo de Ana Brandão (ICS – UM) e comentários de Teresa Mora (ICS – UM). Já o painel temático 2 teve como tema “Trabalho, tecnologia e as mudanças impulsionadas pela ‘indústria 4.0’”, com a moderação a cargo de Ana Paula Marques (ICS – UM) e os comentários de Miguel Portela e João Cerejeira (EEG – UM). Realizada uma pequena pausa, o colóquio prosseguiu com mais dois painéis temáticos. O painel temático 3 teve como tema “Capital e lutas sociais: economia e política, sociedade e Estado”, com a moderação a cargo de Sílvia Sousa (EEG – UM) e comentários de José Manuel Lopes Cordeiro (ICS – UM). Realizada a pausa para o café, o dia encerrou com a sessão plenária “Marxismo e ciências sociais em Portugal: agendas, desconstruções, reconstruções”, onde intervieram João Rodrigues (CES – UC), José Madureira Pinto (FE – UP), Fernando Rosas (FCSH – UNL), Manuel Carlos Silva (ICS – UM), Manuel Loff (FLUP – UP) e Manuela Tavares (CIEG – ISCSP), com a moderação a cargo de Luís Vicente Baptista (FCSH – UNL).

No dia 7 de dezembro os trabalhos começaram com os dois derradeiros painéis temáticos, realizados em simultâneo. O painel temático 5 teve como tema “Capitalismo, crise socio ambiental e socialismo”, com a moderação a cargo de Fátima Moura Ferreira (ICS – UM) e os comentários de Cristina Matos (EEG – UM). Realizada a pausa para o café, os trabalhos da manhã prosseguiram com a segunda e derradeira sessão plenária “Marxismo e a questão colonial: lutas de libertação, trajetos e balanço”, onde intervieram Fernando Bessa Ribeiro (ICS – UM), José Carlos Venâncio (UBI), Paulo de Carvalho (Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Agostinho Neto) e Víctor Kajibanga (Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Agostinho Neto), com a moderação de Wladimir Brito (ED – UM). Por fim, a tarde com a qual o colóquio encerrava foi ocupada com a mesa da controvérsia intitulada “Marx e a política: o olhar dos partidos políticos”, onde intervieram Manuel Pizarro (Partido Socialista), Carlos Abreu Amorim (Partido Social-Democrata), Luís Monteiro (Bloco de Esquerda) e Manuel Rodrigues (Partido Comunista Português), com a moderação de Luís Cunha (ICS-UM). Feita a pausa para o café, os trabalhos foram retomados com o lançamento do livro *Desigualdades sociais e políticas*

públicas: homenagem a Manuel Carlos Silva, apresentado por Graça Carapinheiro (ISCTE – IUL) e Francisco Mendes (ICS – UM) e a conferência de encerramento proferida por Veit-Michael Bader (Universidade de Amesterdão), sendo os comentários da responsabilidade de Francisco Louçã (ISEG – UL).

Foi a partir das comunicações e intervenções apresentadas que se organizou o livro. Como se poderá observar, o índice não segue a estrutura do colóquio, tendo-se optado por um alinhamento que, dando conta dos textos que foram disponibilizados pelos participantes para publicação, procura encontrar uma linha editorialmente interessante que permita conhecer não só o que se discutiu como dar a necessária expressão a alguns dos problemas, tópicos e objetivos que estiveram na origem do colóquio e que foram devidamente fixados no seu anúncio, com o qual começou este texto de apresentação.

O livro abre com um texto de Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro, no qual se analisam algumas das questões fundamentais que atravessaram o colóquio: a crise, as desigualdades e a atualidade do pensamento de Marx na crítica ao capitalismo. Não se encontrando em Marx e Engels a resposta para todos os problemas colocados pelo capitalismo às classes trabalhadoras, argumenta-se que é a tradição teórica e política marxista que, sujeita a debates, inovações, alterações e correções, melhores possibilidades nos oferece para prosseguir com a crítica ao capitalismo, tendo sempre como horizonte a imaginação de soluções ecossocialistas para as sociedades humanas. No entender dos autores, recolocar na agenda política e no debate teórico o ecossocialismo é imperioso não só por causa da incapacidade do capitalismo em proporcionar a todos os seres humanos uma vida decente mas também pelos efeitos ambientais por ele produzido que colocam a catástrofe ecológica como uma possibilidade real.

Paula Guimarães elabora um ensaio sobre a vida de Karl Marx na Inglaterra vitoriana, onde permaneceu desde 1849 até à sua morte em 1883, com o objetivo de proceder a um balanço do legado marxiano na arte e na política britânicas. Começando por contextualizar a vida do revolucionário alemão no país que o acolheu no seu derradeiro e mais longo dos exílios que enfrentou, convocando a nossa atenção para uma faceta menos conhecida mas nem por isso menor de Marx: o do leitor compulsivo de literatura, incluindo a do seu tempo, fazendo dele uma figura notavelmente erudita que se refletiu numa escrita poderosa, elegante e, seja qual for o ponto de observação, singular. Sendo Marx também poeta, Guimarães convoca a nossa atenção para a presença de referências literárias e poéticas nos seus textos. Entre outros textos, destaca a obra magna de Marx, *O Capital*, cujo primeiro volume conecta com outras obras maiores do engenho humano, como as de Charles Dickens e George Eliot (pseudónimo de Mary Ann Evans). Guimarães encerra o seu texto

mostrando como o legado de Marx foi assumido e divulgado por outros autores, alguns ainda em vida deste, dando especial e merecido destaque ao papel desempenhado pela sua filha Eleanor.

Por sua vez, Clayton Rodrigues e Cleildes Santana analisam o modo como a propriedade evoluiu ao longo da história, considerando o papel desempenhado pela inovação tecnológica. Tendo como base as interpretações de Marx e de Engels sobre esta categoria social fundamental no capitalismo, mobilizam um vasto acervo de autores que colocam em diálogo com os teóricos alemães para mostrar que o modo como a propriedade surge e se modifica é inseparável das mudanças não só no campo económico, mas também no político e no jurídico. Rodrigues e Santana, em contramão ao defendido pelo liberalismo radical, sublinham que o direito de propriedade nunca foi absoluto, antes estando subordinado ao interesse social, convocando para o efeito diversas leis fundamentais, como a francesa de 1793 ou a alemã da República de Weimar de 1919. No entender dos autores, o conflito hoje joga-se também em torno da posse difusa, sendo que as inovações tecnológicas tanto podem promover como restringir a sua difusão, pelo que o capital procura controlá-las de modo a garantir que a forma liberal burguesa de propriedade se mantenha, pois ela é fundamental para que a exploração prossiga.

Com o título “O trabalho imaterial e a práxis pós-industrial: entre a articulação da posição e o enfraquecimento da oposição”, Francisco Coelho Cuogo analisa os efeitos operados nas condições de trabalho pelas alterações ocorridas no capitalismo a partir da década de 1970. O autor argumenta que a consolidação dos modos flexíveis de funcionamento do capitalismo, substituindo o fordismo como configuração dominante, não se traduziu em efeitos positivos para os trabalhadores/as. Não obstante as recorrentes narrativas promotoras da autonomia, a flexibilização não só não obliterou as velhas subordinações e opressões que caracterizam, desde sempre, o trabalho no capitalismo, como promoveu a precarização da relação do trabalhador com a empresa.

Tendo como objeto o Programa de Educação Integral do Estado de Pernambuco, explorando nomeadamente os dados produzidos por entrevistas realizadas a participantes desta iniciativa, Sérgio Rêgo e Pedro Teixeira começam por equacionar o lugar do trabalho na sociedade humana. Elemento fundamental para a configuração do indivíduo enquanto ser humano, é com o trabalho que os homens e as mulheres atuam na natureza, agindo sobre seus recursos e assim transformando as condições materiais de existência. Sendo, pois, uma atividade vital, o trabalho pode ser expressão de alienação. Como os autores destapam, e longe de se constituir em singularidade, porque aplicável a muitos outros contextos e geografias que não as do Brasil, em condições de crescente precarização e intensificação do trabalho, o estudo

realizado mostra que os trabalhadores/as docentes se confrontam com situações de alieação e estranhamento em relação ao trabalho realizado.

Prosseguindo com o trabalho tendo como contexto o Brasil, Tainara Machado e Guilherme Tortelli discutem as alterações jurídicas no campo laboral, tomando Karl Marx e Florestan Fernandes como principais referências teóricas. Depois de procederem a uma contextualização teórica do trabalho à luz dos conceitos marxistas, os autores empreendem uma análise histórica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, desembocando na discussão da chegada ao poder de Lula e do Partido dos Trabalhadores, para argumentarem que nada de fundamental mudou no domínio das relações laborais com os governos do antigo líder sindical. O regresso ao poder das forças conservadoras e neoliberais desde 2016 permitiu, como é escrutinado por Machado e Tortelli, reconstituir as condições políticas necessárias para introduzir reformas regressivas no direito laboral, fragilizando e precarizando a situação das classes trabalhadoras no Brasil.

Já Rui Vieira Cruz analisa o papel e os efeitos das inovações tecnocientíficas assentes na invenção de dispositivos e sistemas inteligentes com capacidade de comunicar e interagir entre si, fora do humano, tomando como quadro referencial quatro obras culturais e mobilizando Marx e Schumpeter, entre outros autores. Vieira Cruz imagina um futuro marcado por novas formas de desigualdade e conflito, nas quais a tecnologia assume uma posição preponderante. O desenvolvimento desta é tão avassalador que as desigualdades se expressam num cenário marcado por alterações na própria natureza humana, com o surgimento de humanos (e até de pós-humanos) que incorporam dispositivos tecnológicos complexos. Ao mesmo tempo, as máquinas adquiririam características tidas até então como específicas do humano, estabelecendo-se assim novas formas de concorrência e conflito com a espécie humana (ou com as suas novas configurações, incluindo as que implicam a superação da sua base biológica).

Sylvia Moretzsohn e Marco Schneider refletem sobre as lutas em torno da tomada de consciência e da organização da ação coletiva num contexto marcado pela hiperinformação. Lembrando a metáfora de colher flores dos grilhões, Moretzsohn e Schneider empreendem uma crítica ao modo como a ignorância, enquanto expressão de um conhecimento pobre e truncado, é produzido pelo capitalismo digitalizado e suas indústrias culturais, dinamizadas pela convergência da informática, das telecomunicações e da comunicação. Assumindo um papel decisivo na conformação da “vida como ela é”, enfrentar estes novos desenvolvimentos do capitalismo exige, argumentam os autores, debater o modo como o gosto é construído. Não tendo uma solução “pronta a vestir”, Moretzsohn e Schneider apostam na promoção do conhecimento crítico, começando pelo diagnóstico dos

problemas sem perder do horizonte a procura de caminhos que permitam combater a capacidade, por parte do capital, em dominar o gosto, isto é, o modo como os indivíduos sentem, pensam e agem.

Focando a sua atenção na cultura, Thomas Amorim apresenta-nos um ensaio sobre as dinâmicas do capitalismo, mobilizando, entre outros autores, Karl Marx e Frederic Jameson. Convocando a nossa atenção para a inserção da cultura na produção e na circulação mercantil, em linha com argumentos já consolidados pela análise marxista, Amorim explora as teses de Jameson, colocando-as em diálogo com outros autores, como Jonathan Crary, David Harvey e Perry Anderson, para constatar o esgotamento das possibilidades da expansão mercantil, sem que daí se possa aventar um sentido concreto para o seu futuro. Daqui, contudo, não decorre para o autor qualquer forma de alinhamento com as leituras ideológicas burguesas fundadas na crença do capitalismo como sistema sem fim.

Também explorando o pensamento de um autor, neste caso sociólogo, Lucien Goldmann, Fernando Marineli reflete sobre o conceito de totalidade no teórico marxista francês de origem romena, conhecido pela sua filiação ao pensamento de György Lukács. Começando por escrutinar a presença dos trabalhos de Goldmann em Portugal e no Brasil, Marineli discute o modo como o teórico francês construiu o seu método de análise, socorrendo-se não apenas dos contributos de Marx mas também de Jean Piaget, no qual emerge como central o acima referido conceito de totalidade e suas aplicações no campo da religião, da literatura e da comunicação.

Procurando afinidades eletivas em Adorno e Luhmann, um exercício delicado dadas as diferenças teóricas entre estes autores, Laurindo Dias Minhoto considera que as proximidades por si identificadas entre o quadro conceptual de Luhmann, nomeadamente no modo como é analisada a relação sistema-ambiente, e a forma como Adorno entende a relação sujeito-objeto são adequadas para compreender a dominação crescente da economia sobre a sociedade e os seus diferentes campos. Assim, para Minhoto confrontamo-nos hoje com uma dominação geral do capitalismo na sua versão neoliberal que procede a uma reconfiguração social e política de acordo com os seus interesses económicos e financeiros, em suma, “à sua imagem e semelhança”.

Por sua vez, analisando as injustiças ambientais na cidade, Carlos Machado convoca a natureza como elemento incontornável nos conflitos que hoje ocorrem em contexto urbano, mostrando como a apropriação daquela pelo capital produz não só danos como desigualdades sociais. Deste modo, em linha com os conhecidos argumentos de James O'Connor, argumenta que existe um conflito envolvendo o capital, o trabalho e a natureza. Tal justifica uma demorada e pertinente análise dos textos de Marx, nomeadamente de *O capital*, onde o teórico alemão discute as

relações complexas entre capital, trabalho e natureza. Por fim, Machado encerra o seu texto com um olhar sobre o modo como o capital atua na cidade, tomando como referência Porto Alegre, no sul do Brasil.

Graça Rojão oferece-nos uma reflexão sobre os contributos do feminismo e do decrescimento na elaboração de agendas locais emancipatórias. Começando por percorrer tópicos bem conhecidos do debate no campo marxista, como feminismo, trabalho e patriarcado, a autora convoca a nossa atenção para os problemas colocados pelo capitalismo à vida humana e não humana, bem como à natureza no seu todo, sublinhando a urgência de se encontrar respostas sustentáveis. É assim que convoca as teses decrescentistas, procurando utilizá-las considerando os contributos das teorias críticas feministas. Não ignorando a potência hegemónica do capitalismo, Rojão admite a existência de alguma margem a nível local para a experimentação de soluções decrescentistas, apresentando exemplos concretos.

Continuando no campo do feminismo, Manuela Tavares reflete sobre as complexas e difíceis relações entre este e o marxismo, interpelando-se se tal exprime um casamento fracassado. Procurando pensá-las à luz dos desafios que se colocam à reconstrução de uma corrente feminista de esquerda, Tavares constata as dificuldades de a realizar, não ignorando os danos provocados por leituras dogmáticas do marxismo, desvalorizando todas as lutas que estivessem fora da classe social. Assumindo a sua centralidade na sociedade capitalista, para muitos marxistas a superação da exploração e opressão de classe resolveria, como se operasse um passe de mágica, todas as outras formas de desigualdade, nomeadamente as fundadas no género. Embora sem usar explicitamente o conceito, os argumentos mobilizados por Tavares para a reconstrução de um feminismo marxista implicam mobilizar a interseccionalidade, integrando nas lutas a classe social, o género, a etnia, a sexualidade e todas as outras categorias sociais nas quais se expressam desigualdade, exploração, dominação e opressão.

Percorrendo outras geografias, José Carlos Venâncio discute a influência do marxismo na análise das sociedades africanas subsarianas. Começando por constatar que Marx e Engels não atribuíram especial atenção à África nos seus estudos, embora a crítica ao colonialismo esteja presente na sua obra, as suas teses sobre o funcionamento do capitalismo, a luta de classes e o socialismo foram assumidas por muitos movimentos anticoloniais e seus líderes. A bem dizer, o nacionalismo africano mais radical, nomeadamente nas ex-colónias portuguesas, encontrou no marxismo uma fonte preciosa de teoria que incorporou nos seus programas políticos e procurou implementar, conquistada a independência. Na impossibilidade de analisar as diversas problemáticas suscitadas pelas interpretações marxistas, Venâncio opta por analisar o conceito de modo de produção aplicado à realidade africana.

Convocando Amílcar Cabral para sublinhar a necessidade de incorporar aspetos concretos das condições materiais de existência em África na análise marxista do modo de produção e da luta de classes, Venâncio empreende uma análise densa de Angola como colónia para justamente mostrar a necessidade de uma aplicação flexível e criativa do marxismo à realidade africana, mobilizando nomeadamente os contributos de, entre outros autores, Karl Polanyi e Immanuel Wallerstein. Sendo uma categoria conceptual central na década de 1970, o modo de produção, argumenta Venâncio, tem hoje uma menor relevância, sendo o seu uso limitado.

Também tendo como contexto de análise Angola, Paulo de Carvalho reflete sobre a composição de classes nos movimentos de libertação neste país africano, com uma especial atenção para as suas lideranças. Começando o seu texto por um enquadramento teórico da estratificação e classes sociais, o autor dá a conhecer a estrutura social em Angola durante o colonialismo tardio e procede a uma caracterização sucinta dos movimentos de libertação que lutaram contra o colonialismo português. Esta análise permite a Carvalho sublinhar a diversidade social dos membros dos movimentos de libertação, correspondendo esta à que, de certo modo, existia na sociedade no tempo do colonialismo. Segundo o autor, as lideranças eram compostas por membros com origens sociais mais privilegiadas, com estudos superiores, sendo muitos deles filhos de funcionários públicos e doutras camadas de assalariados com recursos e competências técnicas. Mas este grupo era minoritário, se considerarmos o elevado analfabetismo na Angola colonial, em torno dos 85% no início da década de 1970.

Já no campo da discussão sobre os contributos do marxismo para a teoria social, José Madureira Pinto procede a um longo exercício de escrutínio da sociologia em Portugal, analisando o papel desempenhado pelo marxismo, no confronto com outras correntes teóricas. No seu entender, a sua influência na sociologia portuguesa é notória sobretudo após o 25 de abril e o regresso a Portugal de jovens investigadores e académicos que tinham feito a sua formação no estrangeiro, destacando Manuel Carlos Silva. Sem nunca deixar de estar presente na produção sociológica em Portugal desde esse período, Madureira Pinto assinala de modo incisivo a relevância dos contributos do marxismo para a análise de classes e a estratificação social, bem como a mobilização para a pesquisa sociológica de conceitos e perspectivas analíticas tipicamente marxistas, nomeadamente as relacionadas com as estruturas, as relações de produção, as desigualdades e os modos de dominação, sem que daqui se possa afirmar a existência de uma corrente de sociólogos marxistas.

Por sua vez, Manuel Carlos Silva sustenta no seu texto a tese de que o marxismo representou um corte epistemológico em relação a anteriores modelos de construção e validação do conhecimento da natureza e da sociedade e, simultaneamente,

uma viragem teórico-metodológica. Após uma breve revisitação das tradições metodológicas dos clássicos da sociologia, o autor prestou particular atenção aos impactos e grau de influência do marxismo nas ciências sociais e, em particular, no nascimento e na consolidação da sociologia em Portugal desde a fase final do regime ditatorial salazarista não só na esfera laboral e sindical e dos demais movimentos sociais, como na resistência antifascista, na intervenção social, cultural-artística e política, designadamente nos partidos de esquerda, como nos diversos temas e tópicos analisados na esfera académica, nos centros de investigação e nas associações profissionais, nomeadamente na APS, no ensino da sociologia nos departamentos de sociologia e noutros departamentos das universidades e politécnicos durante o regime democrático após o 25 de Abril de 1974. Com base nalguns ensaios e estudos sobre a sociologia em Portugal enquanto ciência, disciplina e profissão e na relevante produção sociológica em Portugal, o autor sustenta que, não obstante a presença dalguns trabalhos de inspiração estruturo-funcional, (neo)liberal e/ou conservadora e inclusive alguns de orientação positivista, predominam trabalhos sociológicos ora de orientação (neo)institucional, reformista e social-democrata, ora de cariz teórico-crítico, designadamente marxista. Em suma, dado o contributo notável prestado pela sociologia para um melhor e mais sistematizado conhecimento da realidade social em Portugal e suas dinâmicas de conservação e mudança social, o marxismo constituiu nos diversos tipos de produção teórica e investigação empírica por parte dos sociólogos portugueses um dos pilares nucleares e uma das abordagens mais inspiradoras desses trabalhos.

Manuel Loff, numa reflexão sobre o Maio de 1968, um ano marcante na agitação social da segunda metade do século XX, interpela-se sobre o que foi e seu legado: revolução, derrota política, expressão da interseccionalidade? Procedendo à contextualização histórica dos acontecimentos de 1968, cujo epicentro foi Paris e a França, convoca a nossa atenção para as movimentações sociais e políticas das décadas anteriores, sublinhando a relevância das mudanças económicas e sociais, com a socialização de setores produtivos relevantes e a construção do Estado providência. Mobilizando os argumentos de Pier Paolo Pasolini, discute as leituras contraditórias de 68, confrontando a tese da revolução, como muitos assim o entendem, com a tese de que se tratou de um movimento fundamentalmente estudantil que se fundava numa forma concreta de autocritica burguesa. Certamente derrota política, 68 não deixou de ter efeitos positivos nas condições salariais e de vida das classes trabalhadoras, nomeadamente em França. Loff sublinha o papel desempenhado por 68 na redescoberta da interseccionalidade que hoje está presente na agenda política da esquerda, ainda que atravessada por fortes tensões, nomeadamente em torno de qual a categoria que deverá ter prioridade (se a classe, se a raça, se o género...).

Reclamando a sua relevância, Loff lembra que já no século XIX em Marx estava presente que as lutas de classe não se opunham, antes se articulavam, com as lutas dos povos colonizados e das mulheres sujeitas à opressão masculina.

José Pedro Lopes e Alena Vieira procedem a um estudo comparativo sobre algumas posições políticas de dois dos mais importantes partidos comunistas da Europa, o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Comunista da Grécia (KKE). Explorando dados disponibilizados por diversas fontes, os autores procuram compreender a posição destes partidos no que diz respeito à economia, “novas políticas” e integração europeia. Apesar de ambos os partidos reivindicarem o legado marxista-leninista como matriz teórica e organizacional das suas organizações políticas, Lopes e Viera constataam a existência de diferenças, sendo que o PCP, ao contrário do KKE, não obstante a oposição firme de ambos ao capitalismo, aceita um certo pragmatismo na ação política. Daqui decorre que, enquanto os comunistas gregos se opõem a qualquer forma de compromisso com as forças burguesas, pugnando por uma rutura revolucionária e a saída da União Europeia, o PCP estabelece negociações e compromissos com a social-democracia que permitem pequenos ganhos para as classes trabalhadoras.

Com base num texto já publicado na revista brasileira *Lutas Sociais*, Almerindo Janela Afonso analisa o presente condicionado pela pandemia. Começando por nos alertar para a conexão entre destruição da natureza e capitalismo, o autor argumenta que o propalado retorno do Estado se constitui numa questão da maior relevância, não podendo a sua discussão deixar à margem os constrangimentos e limites que enfrenta uma eventual agenda comprometida com o reforço do seu papel não neutral. Reconhecendo que a crise pandémica inevitavelmente forçaria a intervenção do Estado, num exercício de “keynesianismo de exceção”, tentando nomeadamente conter os seus impactos no campo das desigualdades sociais, Afonso sublinha que, sendo vários os caminhos possíveis, é “ingénuo pensar” que ela produzirá necessariamente a fragilização do capitalismo.

Num longo texto, Veit Bader oferece-nos uma reflexão sobre a democracia associativa, combinando a articulação de dois princípios fundamentais e inseparáveis – a democracia e o socialismo – argumentando que não há socialismo sem democracia. O autor, perante as contradições insanáveis do capitalismo neoliberal, nomeadamente da crise do capitalismo financeirizado, por um lado, e a falência do dito socialismo estatal nomeadamente nas variantes estalinista e maoista, advoga uma solução fundada na democracia associativa, considerando-a como uma utopia realista atrativa, uma espécie de real terceira via mas bem longe da ‘terceira via’ elaborada teoricamente por Giddens e colocada em prática por Blair. Mais, perante as ameaças da burocracia, da tecnocracia e da peritocracia, Bader propõe formas

avançadas e transparentes de democracia económica e política, repensa diversas formas associativas e cooperativas nas esferas da produção de bens e serviços e no consumo, assim como imagina as condições necessárias em direção a formas e variedades do que ele designa de socialismo colorido, sem obedecer a nenhum modelo passado ou prefabricado. Bader oferece-nos uma apresentação e discussão minuciosa das possibilidades desta via utópica mas realista que, por via de pequenos mas também grandes passos no campo económico e político, poderá permitir a superação do capitalismo, ainda que conservando elementos já existentes no domínio da deliberação democrática e do direito.

Por fim, o livro encerra com os textos que suportaram as intervenções dos representantes do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Comunista Português (PCP) na já referida mesa da controvérsia, não tendo os organizadores recebido os textos dos outros intervenientes, representantes do Partido Socialista (PS) e do Partido Social-Democrata (PSD). Luís Monteiro, representando o BE, olha para Marx como um dos grandes intelectuais da modernidade, lembrando que a cada crise o teórico revolucionário reaparece com força renovada. E com ele os seus argumentos, teses e críticas ao capitalismo são apreciados por muitos, mesmo fora do campo marxista, como totalmente atuais. Tal permite a Monteiro ensaiar uma vigorosa defesa de uma agenda política comprometida com transformação revolucionária e utópica, aqui entendida como o que ainda não foi experimentado, para construir um socialismo radicalmente democrático. Já Manuel Rodrigues faz um excuro sobre os principais contributos de Marx e Engels e o modo como eles foram incorporados no programa e na ação do Partido Comunista Português, sem descurar também os contributos de Lenine. Sublinhando a atualidade do pensamento destes teóricos revolucionários, Rodrigues argumenta que, tal como no seu tempo de vida, os problemas colocados pelo capitalismo exigem uma luta política e social solidamente organizada, tendo em vista a construção do socialismo.

~

Por opção dos organizadores, todos os textos estão em português. O texto de Veit Bader foi traduzido do inglês por Fernando Bessa Ribeiro e Manuel Carlos Silva. Como o leitor irá constatar, respeitou-se a diversidade de escrita do português, mantendo-se *grosso modo*, em termos ortográficos e de estilo linguístico, os contributos que nos chegaram dos autores brasileiros.